

Deliberação n.º 152/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santa Marta, S. A., de 19 de Janeiro de 2005:

Paula Alexandra de Oliveira Monteiro, técnica superior de 2.ª classe, área de recursos humanos, do quadro do Hospital de Santa Marta, S. A. — promovida a técnica superior de 1.ª classe, área de recursos humanos do quadro do mesmo Hospital, considerando-se exonerada da anterior categoria a partir da data de aceitação da nomeação.

Ana Maria Martins Vaz Pereira, técnica superior de 2.ª classe, área de formação e aperfeiçoamento profissional, do quadro do Hospital de Santa Marta, S. A. — promovida a técnica superior de 1.ª classe, área de formação e aperfeiçoamento profissional, do quadro do mesmo Hospital, considerando-se exonerada da anterior categoria a partir da data de aceitação da nomeação.

José Carlos Andrade Rodrigues, técnico superior de 2.ª classe, área de instalação e equipamentos, do quadro do Hospital de Santa Marta, S. A. — promovido a técnico superior de 1.ª classe, área de instalação e equipamentos, do quadro do mesmo Hospital, considerando-se exonerado da anterior categoria a partir da data de aceitação da nomeação.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 2005. — Pelo Conselho de Administração, o Administrador, *A. Santos Silva*.

HOSPITAL DE SÃO GONÇALO, S. A.

Aviso n.º 1413/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho de administração do Hospital de São Gonçalo, S. A.:

Dr. Alberto António Ribeiro da Conceição Gouveia, director clínico, Dr. José Viriato Mesquita Araújo Guedes, chefe de serviço e director do serviço de ortopedia, e Albano Quintino Granja Tamegão, chefe de serviço de ortopedia — nomeados elementos da comissão de avaliação curricular, com vista à progressão à categoria de assistente graduado do Dr. José Manuel Marques Jesus Pereira, assistente de ortopedia, nos termos da alínea b), do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

Todos os elementos da comissão pertencem ao quadro de pessoal desta instituição.

19 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Alberto Vaz*.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL — CENTRO REGIONAL DE ONCOLOGIA DE LISBOA, S. A.

Despacho n.º 3134/2005 (2.ª série). — Por despacho do administrador executivo de 13 de Janeiro de 2005:

Ana Helena Gomes Ventura Santos Martins, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 1 de Janeiro de 2005.

Elisabete Nunes Rodrigues Henriques, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, pelo período de seis meses, com efeitos a 7 de Janeiro de 2005.

Maria Marcelina Vieira Dias, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, a partir de 19 de Janeiro de 2005.

Sandra Cristina Santos Martins Paranhos, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, a partir de 15 de Janeiro de 2005.

Por despacho do administrador executivo de 17 de Janeiro de 2005:

Fernanda Maria Azevedo Silva, enfermeira-chefe do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 16 de Janeiro de 2005.

18 de Janeiro de 2005. — A Secretária-Geral, *Carla Paulo Henriques*.

ORDEM DOS ADVOGADOS

Edital n.º 268/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 12 de Janeiro de 2005, com efeitos a partir da mesma data e ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea d), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Adélia Moreira (cédula profissional n.º 8035-P), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

25 de Janeiro de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Edital n.º 269/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 12 de Janeiro de 2005, com efeitos a partir da mesma data e ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea d), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, foi levantada a suspensão da inscrição de Dr. Joaquim Barranca (cédula profissional n.º 18 061-L), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

25 de Janeiro de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Edital n.º 270/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 12 de Janeiro de 2005, com efeitos a partir da mesma data e ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea d), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Susana Pires Marinho (cédula profissional n.º 9831-P), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

25 de Janeiro de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Edital n.º 271/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 12 de Janeiro de 2005, com efeitos a partir da mesma data e ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea d), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Olívia Lagarteiro (cédula profissional n.º 10 285-P), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

25 de Janeiro de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Edital n.º 272/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 12 de Janeiro de 2005, com efeitos a partir da mesma data e ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea d), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Filipa Laranjeira (cédula profissional n.º 18 085-L), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

25 de Janeiro de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Edital n.º 273/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 13 de Janeiro de 2005, com efeitos a partir da mesma data e ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea d), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do